



ACÓRDÃO Nº392/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11383/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Urucará.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Almir Fernandes Guimarães - Ordenador de Despesas.
- 6- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6.975.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 394/2019-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Urucará. Exercício de 2015.

Extinção de Punibilidade. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Extinguir a punibilidade do Sr. Almir Fernandes Guimarães**, desconstituindo a multa cominada, em razão do princípio da intranscendência ou pessoalidade da pena, que preconiza que somente o condenado, e mais ninguém, poderá responder pelo fato praticado, pois a pena não pode passar da pessoa do condenado, conforme estabelece o inciso XLV do art. 5º da Constituição Federal de 1988;
- 9.2. **Arquivar** o presente processo por ausência de pressupostos processuais positivos a constituir uma relação processual válida ao seu prosseguimento.

- 10- **Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 11- **Data da Sessão:** 21 de Maio de 2019.
- 12- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 13- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº392/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral